



TJ-PE

**TJ-PE - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE
PERNAMBUCO SUBTÍTULO**

**GABARITANDO
450 Questões Gabaritadas
Técnico Judiciário –
Judiciária**

**EDITAL Nº 01/2025, DE 07 DE JULHO DE
2025**

**CÓD: OP-035JL-25
7908403577750**

Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa	5
2. Raciocínio Lógico	35
3. Noções de Direito Administrativo	43
4. Noções de Direito Constitucional.....	55
5. Noções de Direito Civil.....	67
6. Noções de Direito Processual Civil.....	79
7. Noções de Direito Penal.....	91
8. Noções de Direito Processual Penal.....	105
9. Legislação.....	119

LÍNGUA PORTUGUESA

1. (2023)

Assinale a alternativa que apresenta somente palavras com escrita correta.

- (A) Belicozo, coalizão, xilique, piche.
- (B) Belicoso, coalisão, chilique, pixe.
- (C) Belicoso, coalizão, chilique, piche.
- (D) Belicoso, coalisão, xilique, pixe.

2. (2024)

Leia o texto abaixo.

Viva o Povo Brasileiro

Eu nasci em Garanhuns. Quando criança, tinha uma boneca de louça francesa, mas ela era muito **frágil** e eu preferia brincar com as bruxas de pano: esse foi meu primeiro contato com o artesanato do meu povo.

Para se compreender a obra de arte é preciso primeiro vivenciá-la e, depois, permitir-se a **necessária distância crítica**. Vivi em meio aos objetos da criatividade popular; sonhava em trocar a moringa por uma geladeira. Mas o tempo foi me mostrando a beleza da sua forma singela e, através da elaboração intelectual deixei de ser apenas consumidora para transformar-me em observadora cultural, não apenas catalogando o universo popular mas buscando, também, valorizar e respeitar os criadores coerentes com o seu mundo e o seu cotidiano.

O que define o artista é a capacidade de atrelar seu capital cultural ao seu universo social. Os artistas populares são aqueles que têm a necessidade de criar e abrir novos caminhos à produção artesanal mais comprometida com as tradições, condição que acaba por definir seu principal caráter. Por isso, se não devemos interferir na produção do artista, podemos definir alguns pontos de ação e de orientação na produção artesanal, visando, inclusive, preservar a sua qualidade e colaborando na formação de um público consumidor mais sensível, disposto a compreender toda a complexa engrenagem sociocultural que qualquer obra artesanal carrega.

(Este texto foi adaptado especificamente para este concurso. O texto original é de Costa, Janete F. in Arte Popular, Mostra do Redescobrimto Brasil 500 é Mais Fundação Bienal de São Paulo, Ano 2000, p.172)

Considere este conceito sobre acentuação: Recebe o acento agudo os vocábulos oxítonos que terminam em “a,e,o” abertos. Analise as alternativas a seguir e assinale aquela que está de acordo com o conceito apresentado.

- (A) Frágil.
- (B) Necessária.
- (C) Crítica.
- (D) Através.

3. (2023)

Assinale a alternativa em que todas as palavras estão acentuadas corretamente.

- (A) Campainha, egoísta, saúde, falência, sótão.
- (B) Campaínha, egoísta, saude, falência, sotão.
- (C) Campainha, egoísta, saude, falencia, sotao.
- (D) Campainha, egoísta, saúde, falencia, sótao.
- (E) Campaínha, egoísta, saude, falência, sótão.

4. (2023)

Assinale a alternativa correta, em relação à ortografia e acentuação das palavras:

- I. Os alunos leem regularmente vários periódicos.
 - II. São necessárias novas ideias para a pesquisa do célebre autor.
 - III. Os pais crêem que os filhos vêem os problemas de modo simplificado.
- (A) I e III estão corretas.
 - (B) II e III estão corretas.
 - (C) I e II estão corretas.
 - (D) Somente II está correta.

5. (2024)

Leia o texto abaixo.

Viva o Povo Brasileiro

Eu nasci em Garanhuns. Quando criança, tinha uma boneca de louça francesa, mas ela era muito **frágil** e eu preferia brincar com as bruxas de pano: esse foi meu primeiro contato com o artesanato do meu povo.

Para se compreender a obra de arte é preciso primeiro vivenciá-la e, depois, permitir-se a **necessária distância crítica**. Vivi em meio aos objetos da criatividade popular; sonhava em trocar a moringa por uma geladeira. Mas o tempo foi me mostrando a beleza da sua forma singela e, através da elaboração intelectual deixei de ser apenas consumidora para transformar-me em observadora cultural, não apenas catalogando o universo popular mas buscando, também, valorizar e respeitar os criadores coerentes com o seu mundo e o seu cotidiano.

O que define o artista é a capacidade de atrelar seu capital cultural ao seu universo social. Os artistas populares são aqueles que têm a necessidade de criar e abrir novos caminhos à produção artesanal mais comprometida com as tradições, condição que acaba por definir seu principal caráter. Por isso, se não devemos interferir na produção do artista, podemos definir alguns pontos de ação e de orientação na produção artesanal, visando, inclusive, preservar a sua qualidade e colaborando na formação de um público consumidor mais sensível, disposto a compreender toda a complexa engrenagem sociocultural que qualquer obra artesanal carrega.

(Este texto foi adaptado especificamente para este concurso. O texto original é de Costa, Janete F. in Arte Popular, Mostra do Redescobrimento Brasil 500 é Mais Fundação Bienal de São Paulo, Ano 2000, p.172)

Descrição: A palavra, composta por seis sílabas, _____ é um adjetivo de dois gêneros, formado por justaposição. Assinale a alternativa que preencha corretamente a lacuna.

- (A) sociocultural.
- (B) criatividade.
- (C) capacidade.
- (D) engrenagem.

6. (2023)

Texto I

O incendiador de caminhos

Uma das intervenções a que sou chamado a participar em Moçambique destina-se a combater as chamadas “queimadas descontroladas”. Este combate parece ter todo o fundamento: trata-se de proteger ecossistemas e de conservar espaços úteis e produtivos.

Contudo, eu receio que seja mais uma das ingratas batalhas sem hipótese de sucesso imediato. Na realidade, nós não entendemos a complexa ecologia do fogo na savana africana. Não entendemos as razões que são anteriores ao fogo. De qualquer modo, não param de me pedir para que fale com os camponeses sobre os malefícios dos incêndios rurais. Devo confessar que nunca fui capaz de cumprir essa incumbência.

Na realidade, o que tenho feito é tentar descortinar algumas das razões que levam os camponeses a converter os capinzais em chamas. Sabe-se que a agricultura de corte e queimada é uma das principais razões para estas práticas incendiárias. Mas fala-se pouco de um outro culpado que é uma personagem a que chamarei de “homem visitador”. É sobre este “homem visitador” que irei falar neste breve depoimento.

Na família rural de Moçambique, a divisão de tarefas sugere uma sociedade que faz pesar sobre a mulher a maior parte do trabalho. Os que adoram quantificar as relações sociais publicaram já gráficos e tabelas que demonstram profusamente que, enquanto o homem repousa, a mulher se ocupa o dia inteiro. Mas esse mesmo camponês faz outras coisas que escapam aos contabilistas sociais. Entre as ocupações invisíveis do homem rural sobressai a visitação. Essa atividade é central nas sociedades rurais de Moçambique.

O homem passa meses do ano prestando visitas aos vizinhos e familiares distantes. As visitas parecem não ter um propósito prático e definido. Quando se pergunta a um desses visitantes qual a finalidade da sua viagem ele responde: “Só venho visitar”. Na realidade, prestar visitas é uma forma de prevenir conflitos e construir bons laços de harmonia que são vitais numa sociedade dispersa e sem mecanismos estatais que garantam estabilidade.

Os visitantes gastam a maior parte do tempo em rituais de **boas-vindas** e de despedida. Abrir as portas de um sítio requer entendimentos com os antepassados que são os únicos verdadeiros “donos” de cada um dos lugares. Pois os homens visitantes percorrem a pé distâncias inacreditáveis. À medida que progridem, vão ateando fogo ao capim. A não ser que seja em pleno Inverno, esse capim arde pouco. O fogo espalha-se e desfalece pelas imediações do atalho que os viajantes vão percorrendo. Esse incêndio tem serviços e vantagens diversas que se manifestam claramente no regresso: define um mapa de referências, afasta as cobras e os perigos de emboscadas, facilita o piso e torna o retorno mais fácil e seguro. [...]

(COUTO, Mia. *E se Obama fosse africano?*. São Paulo: Companhia das Letras. 2011)

O vocábulo “boas-vindas” é um substantivo composto.

Dentre os vocábulos compostos abaixo, indique o que apresenta a flexão de número correta:

- (A) vices-diretores.
- (B) cirurgiões-dentistas.
- (C) segundas-feira.
- (D) quebras-mares.
- (E) beijas-flores.

7. (2023)

“Um casamento tradicional nos Estados Unidos da América”

Uma das experiências mais marcantes da minha vida foi assistir a um típico casamento (norte americano / norte-americano). (A – Há) algum tempo, fui convidado para a cerimônia de casamento de um casal de amigos. A noiva era Phoebe e o noivo era Cole. Eles ficaram noivos por vários anos, pois esperaram até que ambos estivessem bem empregados antes de se casarem. De qualquer forma, acho interessante descrever o que acontece em um casamento tradicional nesse país.

“Inicialmente chegam os convidados, assim que alguém adentra (a / à) igreja, um cerimonialista vai (ao encontro do / de encontro ao) convidado e o conduz para seu lugar. Amigos e familiares da noiva sempre se sentam do lado esquerdo da igreja, já amigos e familiares do noivo do lado direito. Os pais do casal sempre se sentam na frente. Em seguida, o noivo e o seu padrinho entram e se posicionam na parte da frente na igreja. Logo, um

músico começa a tocar a Marcha Nupcial e as damas de honra começam a marchar lentamente pelo corredor dos fundos para a frente da igreja. Finalmente, a noiva aparece e caminha pelo corredor ao lado de seu pai. A noiva costuma usar vestido branco, véu e sempre carrega um buquê de flores nas mãos.

Quando todos estão na frente da igreja, a cerimônia tem início. O noivo sempre dá à noiva um anel de casamento e a noiva, às vezes, também dá um ao noivo. Por fim, o oficial religioso diz: “Eu os declaro marido e mulher” e o casal agora está casado. Os noivos se beijam e depois saem da igreja de braços dados. Os convidados jogam arroz sobre o casal ao saírem da igreja.

O último grande evento é a recepção de casamento. Esta é uma grande festa após a cerimônia. Todo mundo traz ou envia um presente, assim sendo, muitos casais saem com a casa praticamente montada. A recepção do casamento pode ser um jantar ou uma festa à tarde com apenas lanches e coquetéis. Geralmente é servido champanhe e todos comem, bebem, dançam e comemoram por muitas horas. A noiva joga seu buquê às mulheres solteiras antes que ela e seu marido saiam da recepção. Segundo a tradição, a convidada que apanhar as flores será a próxima a se casar.

Infelizmente nem todos nos Estados Unidos têm um casamento desse porte, pois, é muito caro e nem todos podem arcar com os custos.

A pergunta refere-se a interpretação do texto.

Segundo Bezerra (2015, p. 218), Há inúmeros adjetivos que se referem a países, regiões, continentes, estados, povos, etnias. Estes adjetivos são denominados de ‘pátrios ou gentílicos’. Assinale a alternativa que apresenta informações incorretas.

- (A) Alagoano é um adjetivo pátrio brasileiro e remete ao estado de Alagoas.
- (B) Carioca é um adjetivo gentílico brasileiro e se refere a pessoa nascida na cidade do Rio de Janeiro.
- (C) Fluminense é um adjetivo pátrio brasileiro que denomina a pessoa nascida no estado do Rio de Janeiro.
- (D) Gália é um adjetivo pátrio estrangeiro e se refere a pessoa nascida em Gaulês.
- (E) Salvadorenho é um adjetivo gentílico estrangeiro e refere-se a pessoa nascida em El Sal-

vador.

8. (2023)

Vênus

(Caio Fernando Abreu)

Há seis anos, ele estava apaixonado por ela. Perdidamente. O problema – um dos problemas, porque havia outros, bem mais graves –, o problema inicial, pelo menos, é que era cedo demais. Quando se tem vinte ou trinta anos, seis anos de paixão pode ser muito (ou pouco, vai saber) tempo. Mas acontece que ele só tinha doze anos. Ela, um a mais. Estavam ambos naquela faixa intermediária em que ficou cedo demais para algumas coisas, e demasiado tarde para a maioria das outras.

Ela chamava-se Beatriz. Ele chamava-se – não vem ao caso. Mas não era Dante, ainda não. Anos mais tarde, tentaria lembrar-se de Como Tudo Começou. E não conseguia. Não conseguiria, claramente. Voltavam sempre cenas confusas na memória. Misturavam-se, sem cronologia, sem que ele conseguisse determinar o que teria vindo antes ou depois daquele momento em que, tão perdidamente, apaixonou-se por Beatriz.

Voltavam principalmente duas cenas. A primeira, num aniversário, não saberia dizer de quem. Dessas festas de verão, janelas da casa todas abertas, deixando entrar uma luz bem clara que depois empalideceria aos poucos, tingindo o céu de vermelho, porque entardecia. Ele lembrava de um copo de guaraná, da saia de veludo da mãe – sempre ficava enroscado na mãe, nas festas, espiando de longe os outros, os da idade dele. Lembrava do copo de guaraná, da saia de veludo (seria verde musgo?) e do balão de gás que segurava. Então a mãe perguntou, de repente, qual a menina da festa que ele achava mais bonita. Sem precisar pensar, respondeu:

-Beatriz.

A mãe riu, jogou para trás os cabelos – uns cabelos dourados, que nem o guaraná e a luz de verão – e disse assim:

-Credo, aquele estrelete?

Anos mais tarde, não encontraria no dicionário o significado da palavra estrelete. Mas naquele momento, ali com o balão em uma das mãos, o guaraná na outra, cotovelos fincados no veludo (seria azul-marinho?) da saia da mãe, pensou primeiro em estrela. Talvez por causa do movimento dos cabelos da mãe, quando tudo brilhou, ele pensou em

estrela. Uma pequena estrela. Uma estrela magrinha, meio nervosa. Beatriz tinha um pescoço longo de bailarina que a fazia mais alta que as outras meninas, e um jeito lindo de brilhar quando movia as costas muito retas, olhando adulta em volta.

Estrelete estrelete estrelete estrelete – repetiu e repetiu até que a palavra perdesse o sentido e, reduzida a faíscas, saísse voando junto com o balão que ele soltou, escondido atrás do taquaireiro. Bem na hora que o sol sumia e uma primeira estrela apareceu. Estrela-d’Alva, Vésper, Vênus, diziam. Diziam muitas coisas que ele ainda não entendia.

Ao considerar a passagem “Uma pequena estrela. Uma estrela magrinha, meio nervosa” (7º§), nota-se que a caracterização da “estrela” é marcada por todos os recursos linguísticos indicados abaixo, **exceto**:

- (A) anteposição do adjetivo em relação ao substantivo.
- (B) adjetivo acompanhado de numeral fracionário.
- (C) emprego de sufixo com valor afetivo no adjetivo.
- (D) alteração do valor do adjetivo por circunstância adverbial.

9. (2024)

Texto 2 - O progresso é o que nos mantém vivos (por Matheus de Souza)

O que nos motiva a levantar todos os dias é saber que podemos contribuir para com os outros de alguma forma: ao usar uma palavra no momento certo ou ao escrever um texto que toca a mente e o coração de quem o lê, são apenas alguns exemplos. O auxílio ao outro só ocorre após o nosso aperfeiçoamento, ou seja, os desenvolvimentos pessoal e profissional constantes que são notados nas habilidades e capacidades apresentadas no cotidiano, para posteriormente agirem, de forma positiva, em algumas pessoas que formam esta sociedade.

Nunca pare de aprender

Colocamos limites em nossas capacidades, usamos desculpas diversas, mas, a pergunta a ser feita é: “Podemos ir além?”. “O que são os fatores limitantes?”. “Será que realmente atingimos os limites?”. “Podemos nos esforçar mais?”, se sim, o que nos impede?

RACIOCÍNIO LÓGICO

1. (2024)

Em um pote existem 10 bolas coloridas: 4 vermelhas, 3 azuis e 3 amarelas. Diante do exposto, assinale a alternativa que apresenta a probabilidade de tirar uma bola que não seja vermelha de primeira.

- (A) 30%
- (B) 40%
- (C) 60%
- (D) 50%

2. (2023)

Num campeonato de xadrez, disputam 20 jogadores, sendo que 7 deles tem idade abaixo de 20 anos e o restante tem idade acima de 20 anos. Nessas condições, a probabilidade de que um jogador com idade acima de 20 anos vença o campeonato é:

- (A) 65%
- (B) 35%
- (C) 55%
- (D) 75%
- (E) 45%

3. (2023)

Numa sala há 25 carteiras dispostas em 5 fileiras com 5 carteiras cada numeradas da seguinte forma: Na primeira fila as carteiras vão de número 1 a 5, na segunda fileira as carteiras vão de 6 a 10, na terceira fileira as carteiras vão de 11 a 15, na quarta fileira as carteiras vão de 16 a 20 e na última fileira as carteiras vão de 21 a 25. Nessas condições, a probabilidade de uma pessoa estar sentada numa carteira de número par, sabendo que essa carteira não é da terceira fileira, é igual a:

- (A) 48%
- (B) 52%
- (C) 40%
- (D) 50%
- (E) 60%

4. (2023)

Numa escola houve problemas de segurança. A sala, que presenciou o problema, possui 30 alunos que são testemunhas, sendo 20 meninos e 10 meninas.

Se uma testemunha é escolhida aleatoriamente, assinale a alternativa que apresenta qual é a probabilidade dela ser uma menina, aproximadamente.

- (A) 10%
- (B) 40%
- (C) 50%
- (D) 20%
- (E) 33%

5. (2023)

Em um grupo de estudantes preparando-se para um concurso público, 10 são adolescentes e 15 já são adultos. A probabilidade de escolher aleatoriamente um estudante adulto desse grupo é:

- (A) 30%
- (B) 35%
- (C) 60%
- (D) 65%
- (E) 70%

6. (2023)

Assinale a alternativa que apresenta qual é a probabilidade de obtermos duas faces diferentes ao lançar duas moedas justas.

- (A) 50%
- (B) 25%
- (C) 75%
- (D) 15%

7. (2024)

Mário se interessa por música e por literatura. A probabilidade de ele consumir um conteúdo musical no próximo feriado é de 0,7 enquanto a probabilidade de ele consumir um conteúdo literário no próximo feriado é de 0,3. Considere que Mario consume conteúdos musicais e literários de maneira independente. Assinale a alternativa que apresenta

a probabilidade de Mário consumir pelo menos um dos conteúdos, musical ou literário, no próximo feriado.

- (A)1
- (B)0,79
- (C)0,4
- (D)0,21

8. (2024)

Considere a situação em que um dado regular de seis lados é lançado duas vezes. Assinale a alternativa que apresenta a probabilidade de obter um 6 (seis) em ambas as vezes.

- (A)1/24
- (B)1/12
- (C)1/18
- (D)1/36

9. (2023)

Dada a probabilidade de chuva em um dia de 30%, assinale a alternativa que apresenta qual é a probabilidade do dia ser livre de chuvas.

- (A)0,07
- (B)0,70
- (C)7,00
- (D)1,07

10. (2025)

Uma refeição é composta por uma unidade de proteína, uma unidade de carboidrato, uma unidade de salada e uma unidade de sobremesa. As proteínas disponíveis são bife de alcatra, filé de frango grelhado ou filé de tilápia grelhado. Os carboidratos, arroz ou macarrão. As saladas podem ser de folhas ou de tomate. E para a sobremesa tem banana, laranja ou gelatina. Assinale a alternativa que apresenta o número de refeições distintas que podem ser montadas.

- (A)4
- (B)12
- (C)18
- (D)36

11. (2024)

Se for possível utilizar somente os algarismos 3,4,5,6 e 9, então o total de números de três algarismos que podem ser formados, sendo que o primeiro é um número par e o último é um número ímpar, é igual a:

- (A)60
- (B)30
- (C)90
- (D)48

12. (2024)

Em um restaurante, para se fazer uma refeição completa, pode-se escolher um prato principal entre 6 opções, um acompanhamento entre 4 opções e uma sobremesa entre 5 opções. Diante do exposto, assinale a alternativa que apresenta a quantidade de refeições completas diferentes que se pode montar.

- (A)100 refeições
- (B)120 refeições
- (C)15 refeições
- (D)720 refeições

13. (2024)

Dois dados, de seis lados, são lançados ao mesmo tempo. Assinale a alternativa que apresenta a quantidade de combinações possíveis que resultam em uma soma de 7(sete).

- (A) 4
- (B) 8
- (C) 5
- (D) 7
- (E) 6

14. (2023)

Numa corrida de rua serão distribuídos três prêmios diferentes. Nessas condições, o total de resultados possíveis para distribuição desses prêmios para os três primeiros colocados é igual a:

- (A)12
- (B)6
- (C)9
- (D)3
- (E)8

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

1. IBFC - 2022

O Direito Administrativo, em sentido amplo, pode ser entendido como o conjunto de princípios e normas jurídicas que regem a atuação administrativa do Estado. Sobre esse assunto, analise as afirmativas abaixo.

I. Pode-se resumir o Direito Administrativo às atividades exercidas pelo poder Executivo.

II. Do ponto de vista científico o Direito Administrativo pode ser compreendido como um ramo específico, pois organizado a partir do objeto e princípios próprios.

Assinale a alternativa correta:

- (A) As afirmativas I e II estão corretas
- (B) As afirmativas I e II estão incorretas
- (C) Apenas a afirmativa II está correta
- (D) Apenas a afirmativa I está correta

2. IBFC - 2023

Os requisitos do ato administrativo, são os componentes que o ato deve reunir para ser perfeito e válido. Sete são os requisitos do ato administrativo, assim denominados: agente público competente, finalidade, forma, motivo, conteúdo, objeto e causa. Assinale a alternativa correta que corresponde a seguinte característica: “É a circunstância de fato ou de direito que autoriza ou impõe ao agente público a prática do ato administrativo.”

- (A) Motivo
- (B) Forma
- (C) Finalidade
- (D) Causa

3. IBFC - 2022

O ato administrativo deve conter seus componentes para que seja perfeito e válido. São sete os requisitos do ato administrativo. Assinale a alternativa que contém o requisito que é o modo pelo qual o ato aparece e revela sua existência.

- (A) Finalidade
- (B) Forma
- (C) Agente público
- (D) Motivo

4. IBFC - 2022

Sobre elementos do ato administrativo, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

- () Objeto lícito.
- () Sujeito competente ou Competência.
- () Forma.
- () Finalidade.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- (A) V - V - V - V
- (B) F - F - V - V
- (C) F - V - V - V
- (D) V - F - V - F

5. IBFC - 2023

Sobre os atributos do ato administrativo a diferença de tratamento dispensado pela ordem jurídica aos interesses públicos e privados acaba por atribuir, a cada um dos atos jurídicos que realizam esses interesses, características próprias, que merecem, em relação ao ato administrativo, exame amidoado ou seja, se repete com frequência. A doutrina reconhece, como atributos do ato administrativo, a presunção de legitimidade, a imperatividade, a exigibilidade e a autoexecutoriedade. Assinale a alternativa que apresenta as características da “presunção de legitimidade”:

- (A) É a qualidade de todo e qualquer ato administrativo de ser tido como verdadeiro e conforme o Direito. Milita em seu favor uma presunção juris tantum de legitimidade, decorrente do princípio da legalidade
- (B) É a qualidade que certos atos administrativos têm para constituir situações de observância obrigatória em relação aos seus destinatários, independentemente da respectiva concordância ou aquiescência. Destarte, sempre que o ato administrativo for dotado desse atributo, impõe-se, mesmo que contrarie os interesses do destinatário
- (C) É a qualidade do ato administrativo que impõe o destinatário à obediência das obrigações por ele impostas, sem necessidade de qualquer

apoio judicial. Em razão disso, o Estado pode exigir e obter dos destinatários do ato administrativo o cumprimento da obrigação ou do dever imposto, sem auxílio de ordem judicial

(D) É a qualidade do ato administrativo que dá ensejo à Administração Pública de, direta e imediatamente, executá-lo. Também não há de se falar de contraditório e ampla defesa, se o ato administrativo é portador desse atributo, a Administração Pública não necessita recorrer ao Poder Judiciário para garantir-lhe a execução

6. IBFC - 2022

Acerca dos atributos do ato administrativo, ou seja, as características do ato administrativo que permitem afirmar que ele se submete ao regime jurídico administrativo, assinale a alternativa incorreta.

(A) A presunção de legitimidade diz respeito à conformidade do ato com a lei. Assim, em decorrência desse atributo, presumem-se, até prova em contrário, que os atos administrativos foram emitidos com observância da lei

(B) Imperatividade é o atributo pelo qual os atos administrativos se impõem a terceiros, independentemente de sua concordância

(C) A autoexecutoriedade é o atributo pelo qual o ato administrativo pode ser posto em execução pela própria Administração Pública, sem necessidade de intervenção do Poder Judiciário

(D) A legitimidade é o atributo que prevê que o ato administrativo deve corresponder a figuras definidas previamente em lei

7. IBFC - 2022

Com relação ao ato administrativo, assinale a alternativa que apresenta corretamente um de seus atributos.

(A) Atipicidade

(B) Competência

(C) Autoexecutoriedade

(D) Motivo

8. IBFC - 2023

Dentre as fontes do Direito Administrativo, inserem-se inúmeros tipos de atos normativos emanados da própria Administração Pública. Eles são expedidos, seja pelo Chefe do Poder Executivo, seja por órgãos da Administração direta, seja por entidades da Administração indireta. Todos esses

atos normativos podem ser enquadrados na categoria de regulamento, em sentido amplo, embora o poder regulamentar, por excelência, incumba ao Chefe do Poder Executivo das três esferas de governo (art. 84, IV, da Constituição Federal, repetido nas Constituições estaduais e leis orgânicas distritais e municipais).

Mas existem outros tipos de atos normativos com caráter regulamentar, expedidos por órgãos ou entidades da Administração Pública, como as resoluções, portarias, instruções, circulares, regimentos, ordens de serviço, avisos, além de atos normativos do Legislativo e do Judiciário, praticados no exercício de função administrativa. Assinale a alternativa que não representa um tipo de ato normativo.

(A) Decretos legislativos subordinam-se hierarquicamente à Constituição e à lei

(B) Pareceres normativos sem a obrigatoriedade de subordinar-se hierarquicamente à Constituição e à lei

(C) Provimentos dos Tribunais em matéria de sua respectiva competência

(D) Resoluções do Legislativo subordinam-se hierarquicamente à Constituição e à lei

9. IBFC - 2023

O Ato administrativo normativo deve ser estruturado em três partes:

(A) preliminar, normativa e final

(B) preliminar, ementa e final

(C) ementa, alínea e fundamental

(D) preliminar e normativa

10. IBFC - 2022

Todo ato praticado no exercício da função administrativa está incluso na categoria atos da administração pública. Estes estão separados por categorias e estão nominadas abaixo nas alternativas. Assinale a alternativa incorreta.

(A) Atos de mera execução, designados atos imateriais

(B) Atos jurídicos de Direito Privado

(C) Atos políticos ou de governo

(D) Atos administrativos

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

1. (2024)

Observando o que dispõe a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 acerca dos princípios fundamentais, assinale a alternativa **correta**.

- (A) São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo, o Judiciário e o Ministério Público
- (B) Garantir o desenvolvimento nacional é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil
- (C) A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais, entre outros, pelo princípio da cidadania
- (D) Promover os valores sociais e da livre iniciativa é um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil
- (E) A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais, entre outros, pelo princípio da concessão de asilo político

2. (2023)

O artigo 4º da Constituição Federal de 1988 enumera os princípios que regem as relações internacionais da República Federativa do Brasil. Diante do exposto, analise as afirmativas a seguir.

I. O intervencionismo é princípio regente das relações internacionais da República Federativa do Brasil.

II. Nas suas relações internacionais, a República Federativa do Brasil rege-se pelo princípio da prevalência dos Direitos Constitucionais sobre os Direitos Humanos.

III. Nas suas relações internacionais, a República Federativa do Brasil não se rege pela concessão de asilo político

IV. A autodeterminação dos povos é um dos princípios que regem as relações internacionais da República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais.

V. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas as afirmativas I e III estão corretas
- (B) Apenas as afirmativas II e IV estão corretas
- (C) Apenas as afirmativas II e V estão corretas
- (D) Apenas as afirmativas I e III estão corretas
- (E) Apenas as afirmativas IV e V estão corretas

3. (2023)

Assinale a alternativa que preencha corretamente a lacuna.

“São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, _____.”

- (A) o Judiciário, o Ministério Público e o Supremo Tribunal Federal
- (B) o Legislativo, o Executivo e o Ministério Público
- (C) o Executivo, o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal
- (D) o Judiciário, a Câmara dos Deputados e o Congresso Nacional
- (E) o Legislativo, o Executivo e o Judiciário

4. (2023)

Com base na Constituição Federal de 1988, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

() Constitui objetivo fundamental da República Federativa do Brasil garantir o desenvolvimento municipal.

() A República Federativa do Brasil rege-se, nas suas relações internacionais, pela prevalência dos direitos humanos.

() A República Federativa do Brasil tem como fundamento a unicidade política.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- (A) V - F - V
- (B) F - V - F
- (C) V - V - F
- (D) F - F - V
- (E) F - V - V

5. (2023)

Conforme o disposto no artigo 1º da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa que apresenta corretamente um dos fundamentos da República Federativa do Brasil:

- (A) Propriedade
- (B) Soberania
- (C) Liberdade
- (D) Publicidade

6. (2022)

Como é sabido, o art.3º da Constituição Federal de 1988 regulamenta os objetivos fundamentais de nosso país, ou seja, trata-se de um “roteiro”, um “projeto” de nação, a partir do qual o Estado Brasileiro deveria se dirigir com o intuito de cumprir tais objetivos, haja vista o fato de que se o Constituinte Originário assim previu, é pelo motivo de naquele momento, ainda não ter, enquanto nação, realizado política e socialmente, tais “promessas”. Muito do que aparece ali, já fazia parte do ideário do constitucionalismo moderno desde os períodos revolucionários do século XVIII, especialmente o francês, do qual nosso constitucionalismo pátrio carrega muitas características. Sendo assim, analise as afirmativas abaixo e após assinale aquela que, nos termos do art. 3º, da Constituição Federal de 1988 (CF/88) está correta.

I. A construção de uma sociedade livre, igual e fraterna está prevista como um dos objetivos fundamentais da República Brasileira, nos termos do supracitado art. 3º, da CF/88.

II. A Erradicação da marginalidade e da desigualdade, e a Redução da pobreza, fazem parte de um objetivo fundamental previsto na CF/88.

III. Existe um objetivo fundamental que está formulado a partir da compreensão política, econômica e social do que chamamos de desenvolvimento nacional, mesmo quando a própria Constituição busca, globalmente, mas em outro momento, a cooperação dos povos para o progresso da humanidade.

IV. A proteção de todos, sem preconceitos de qualquer natureza, aliada a prevalência dos direitos humanos e o pluralismo político, fazem parte do rol dos objetivos fundamentais previstos na CF/88.

Estão corretas as afirmativas:

- (A) I, II e IV apenas
- (B) III e IV apenas

(C) I, II e III apenas

(D) I e III apenas

7. (2022)

O Decreto 65.810/69, foi o responsável por promulgar a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial. Acerca da citada Convenção Internacional, é preciso destacar que em seu texto normativo, expressamente aparece descrito que “Nesta Convenção, a expressão “discriminação racial” significará qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência baseadas em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tem por objetivo ou efeito anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício num mesmo plano, (em igualdade de condição), de direitos humanos e liberdades fundamentais no domínio político econômico, social, cultural ou em qualquer outro domínio de vida pública”. Sendo assim, e compreendendo que a Constituição Federal de 1988 traz consigo uma preocupação semelhante em combater quaisquer condutas discriminatórias, especialmente, em decorrência da questão racial, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa **correta**.

(A) O repúdio ao terrorismo e ao racismo, afirmados pela CF/88 como princípio fundamental da República Federativa do Brasil, podem ser vistos como um caminho para efetivação do pluralismo político, já que esse é um dos objetivos fundamentais traçados pelo citado Texto Constitucional

(B) Enquanto igualdade formal, entendida como isonomia, é aquela que se assegura à todas e todos perante à lei, a igualdade material, é aquela que será buscada nas relações entre os indivíduos e o Estado, já que nas relações individuais (privadas), o que vale é a liberdade plena

(C) Segundo a CF/88 o tratamento discriminatório entre pessoas que residem em nosso país é permitido, quando feito a partir da própria legislação constitucional, diretamente ou por meio de autorização expressa de seu Texto. O que pode ser compreendido, por exemplo, quando se determina que somente brasileiros natos poderão ocupar o cargo de Presidente da República

(D) A República Federativa do Brasil buscará, conforme previsto pela CF/88, a partir dos prin

cípios fundamentais que lhe orientam no âmbito internacional, a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações, sendo que, para tanto, o Constituinte estabeleceu algumas limitações a essa premissa, tais como, se relacionar somente com aqueles países que tem como fundamentos o princípio da dignidade da pessoa humana

8. (2022)

Analise as afirmativas abaixo acerca das disposições da Constituição Federal de 1988.

I. Construir uma sociedade livre, justa e solidária é um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

II. A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais, dentre outros, pelo princípio da defesa da paz.

III. São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo, o Policial e o Judiciário.

Estão corretas as afirmativas:

- (A) I, II e III
- (B) I e II apenas
- (C) II e III apenas
- (D) I apenas

9. (2022)

A sistemática das leis é destinada a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia

social e comprometida, na ordem interna e internacional. Essa definição contempla a seguir. Assinale a alternativa correta sobre ela.

- (A) Decretos legislativos e resoluções
- (B) Constituição da República Federativa do Brasil
- (C) Leis complementares, ordinárias e delegadas
- (D) Atos normativos

10. (2024)

De acordo com as disposições da Constituição Federal sobre os direitos e deveres individuais e coletivos, analise as afirmativas abaixo e dê valores de **Verdadeiro (V)** ou **Falso (F)**.

() É assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva.

() É assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem.

() É livre a manifestação do pensamento, sendo fomentado o anonimato.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- (A) V - V - V
- (B) V - F - V
- (C) F - F - V
- (D) V - V - F
- (E) F - V - F

11. (2024)

Considerando o que dispõe a Constituição Federal de 1988, analise as afirmativas abaixo e dê valores **Verdadeiro (V)** ou **Falso (F)**.

() Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.

() Haverá júízo ou tribunal de exceção em caso de guerra declarada.

() Nenhum brasileiro, incluindo o naturalizado, será extraditado.

() São inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- (A) V - F - F - V
- (B) F - F - V - F
- (C) F - F - F - V
- (D) V - F - V - F
- (E) F - V - F - V

12. (2023)

O artigo 5º da Constituição Federal compõe todo o capítulo dos direitos e deveres individuais e coletivos do Título II (dos direitos e garantias fundamentais) da Constituição Federal de 1988. Em consonância com esse artigo, analise as afirmativas a seguir.

I. Será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião.

NOÇÕES DE DIREITO CIVIL

1. (2025)

João e Maria são casados e, após algumas dificuldades, recebem a notícia de que estão esperando um filho. Durante a gestação, o médico informou que o feto possui uma condição rara que pode ameaçar sua vida, não sabendo, porém, ainda, determinar se sobreviverá após o nascimento. Apesar disso, João e Maria decidem fazer um testamento, no qual deixam uma parte de sua herança destinada ao filho, caso ele nasça com vida. O bebê, posteriormente, nasce com vida e saudável.

Com base na situação hipotética apresentada e nas normas que regem as pessoas naturais, conforme ordenamento jurídico brasileiro, é correto afirmar que o nascituro

- (A) não possui personalidade civil, mas tem a capacidade plena de exercer direitos patrimoniais, como a herança, desde a concepção.
- (B) possui personalidade civil plena desde a concepção, o que lhe confere a capacidade de exercer direitos, como o direito à herança, de forma autônoma.
- (C) possui personalidade civil desde a concepção, mas não possui capacidade civil até o nascimento com vida, ficando limitado a exercer apenas direitos da personalidade.
- (D) não tem personalidade civil, mas é protegido em relação aos direitos patrimoniais, como a herança, desde a concepção, podendo exercê-los apenas se nascer com vida.
- (E) não possui personalidade civil nem capacidade civil, mas, desde a concepção, já pode exercer plenamente todos os direitos, incluindo a herança, desde que nascente com vida.

2. (2024)

Maurício, adolescente de 15 anos de idade, sempre sonhou se dedicar ao futebol. Desde muito cedo, ele se dedicou ao esporte e logo começou a participar de competições, sendo eventualmente contratado por um clube para jogar nas categorias de base. Compreendendo que seu filho já dispunha de maturidade suficiente para tomar suas próprias decisões e que um pouco mais de autonomia facilitaria sua atividade profissional como jogador de futebol, os pais de Maurício decidiram emancipá-lo, logrando formalizar o ato de emancipação junto ao cartório competente do Registro Civil. Já no dia seguinte ao registro do ato de emancipação, Maurício firmou um contrato publicitário com uma fabricante de equipamentos esportivos, sem o conhecimento de seus pais.

De acordo com o Direito Civil Brasileiro, deve-se considerar que esse contrato é:

- (A) válido, pois Maurício deve ser considerado plenamente capaz, apesar de menor de idade;
- (B) anulável, mas pode ser confirmado pelos pais de Maurício, tornando-se válido;
- (C) inválido, pois a emancipação de Maurício é nula de pleno direito;
- (D) nulo, pois a emancipação de Maurício foi limitada aos atos diretamente relacionados com sua atividade profissional;
- (E) formalmente inválido, mas tem sua eficácia reconhecida por força do ato de emancipação.

3. (2024)

“A _____ da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.”

Considerando o trecho citado e os termos expressos do Código Civil, assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna.

- (A) Emancipação.
- (B) Capacidade civil.
- (C) Interdição.
- (D) Personalidade civil.
- (E) Incapacidade civil.

4. (2024)

A bancarização é crucial para inclusão financeira, permitindo acesso a serviços bancários básicos, como poupança e pagamentos eletrônicos. Ela promove segurança financeira ao reduzir riscos associados ao manuseio de dinheiro físico e possibilita participação em atividades econômicas formais, como obtenção de crédito e investimentos.

Considerando-se os preceitos do Código Civil Brasileiro, para a abertura de uma conta bancária, uma pessoa aos

(A) 14 anos precisará ser representada pelo pai, pela mãe ou pelo responsável legal para atos da vida civil, pois ela é considerada absolutamente incapaz.

(B) 15 anos precisará ser representada pelo pai, pela mãe ou pelo responsável legal para atos da vida civil, pois ela é considerada relativamente incapaz.

(C) 16 anos precisará ser representada pelo pai, pela mãe ou pelo responsável legal para atos da vida civil, pois ela é considerada absolutamente incapaz.

(D) 17 anos e viciada em tóxico precisará ser representada pelo pai, pela mãe ou pelo responsável legal para atos da vida civil, pois ela é absolutamente incapaz.

(E) 18 anos que por causa permanente não puder exprimir sua vontade precisará ser representada pelo pai, pela mãe ou pelo responsável legal para atos da vida civil, pois é ela considerada absolutamente incapaz.

5. (2024)

Assinale a opção correta no que diz respeito à capacidade jurídica, nos termos do Código Civil:

(A) a personalidade civil da pessoa começa desde a concepção.

(B) para o exercício pessoal dos atos da vida civil, os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos são considerados absolutamente incapazes.

(C) a morte presumida do prisioneiro que não for encontrado até dois anos após o término da guerra somente poderá ser declarada após a decretação de ausência.

(D) os pródigos são considerados absolutamente incapazes para o exercício pessoal dos atos da vida civil.

(E) relativamente a certos atos da vida civil ou

à maneira de os exercer, são considerados incapazes os ébrios habituais e os viciados em tóxico.

6. (2024)

João, jovem de 20 anos, por causa transitória, não pode exprimir sua vontade. De acordo com o Código Civil, João é considerado

(A) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil.

(B) plenamente capaz para exercer pessoalmente todos os atos da vida civil, pois maior de dezoito anos.

(C) incapaz, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer.

(D) incapaz, absolutamente de exercer pessoalmente os atos da vida civil, desde que seja considerado pródigo.

(E) relativamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil onerosos, desde que envolvam valor acima de um salário mínimo.

7. (2024)

Com base no Art. 5 o A do Código Civil Brasileiro, a menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil.

Cessará, para os menores, a incapacidade:

Assinale a alternativa INCORRETA:

(A) Pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos.

(B) Pela condição de celebração do matrimônio.

(C) Pela exercício de emprego público efetivo.

(D) Pela colação de grau em curso de ensino superior.

(E) Pela estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria.

8. (2023)

Quanto à personalidade e à capacidade, de acordo com o atual Código Civil, assinale a alternativa **correta**.

- (A) Mesmo que o menor case não terá a incapacidade cessada;
- (B) São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os ébrios habituais e os viciados em tóxico;
- (C) A emancipação voluntária do menor, pelos pais, só é possível se aquele tiver ao menos dezesseis anos completos;
- (D) São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer os menores de 16 (dezesseis) anos;
- (E) Nenhuma das assertivas anteriores está correta.

9. (2023)

Em relação à personalidade e à capacidade civil, é **correto** afirmar:

- (A) A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.
- (B) A capacidade dos indígenas é regulada pelo Código Civil.
- (C) A menoridade cessa aos dezesseis anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil.
- (D) A vida privada da pessoa natural não é inviolável, e não há providências a serem adotadas para garantir sua inviolabilidade.
- (E) A existência da pessoa natural termina com a morte; contudo não é possível presumir-se esta, quanto aos ausentes.

10. (2023)

No dia de seu aniversário de 16 anos, Aline conheceu seu namorado, Gustavo. Quatro meses depois, quando Gustavo completou a maioridade civil, decidiu pedi-la em casamento. Os dois se casaram já no mês seguinte, com o consentimento dos pais de Aline. O casal viveu em harmonia nos primeiros meses, mas Aline acabou se envolvendo em um relacionamento extraconjugal que culminou no divórcio com Gustavo, semanas depois de terem completado um ano de casados. Já tendo experimentado um casamento e um divórcio aos 17 anos de idade, Aline decidiu seguir devagar com seu novo relacionamento afetivo e priorizar o seu

futuro profissional. Por isso, matriculou-se em um curso profissionalizante oferecido por uma conceituada instituição privada de ensino. Tendo saído da casa de seus pais há mais de um ano, Aline nada comunicou a eles acerca dessa decisão.

Considerando as circunstâncias pessoais de Aline, é correto afirmar que a contratação da instituição de ensino por Aline é:

- (A) plenamente válida, independentemente de posterior ratificação do ato pelos pais da jovem;
- (B) anulável, mas produz efeitos enquanto não for pedida sua anulação, por ser a jovem relativamente incapaz;
- (C) inválida, tendo em vista a revogação da emancipação voluntária que fora concedida à jovem por seus pais;
- (D) válida, mas permanece ineficaz enquanto a jovem não adquirir a capacidade civil plena;
- (E) anulável, tendo em vista a cessação da causa de emancipação legal da jovem.

11. (2023)

De acordo com o Art. 5º, Código Civil, A menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil. Entretanto, de acordo com o Parágrafo único. Cessará, para os menores, a incapacidade:

I - pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos;

II - pelo casamento;

III - pelo exercício de emprego público efetivo;

IV - pela colação de grau em curso de ensino superior; Está correto o que se afirma em:

- (A) I e II apenas.
- (B) I, II e III apenas.
- (C) I e III apenas.
- (D) I, II III e IV.
- (E) II, III e IV apenas

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. (2024)

Os elementos da ação, responsáveis pela sua delimitação e individualização, têm como escopo evitar decisões contraditórias dentro de uma mesma controvérsia. Assim, de acordo com a sistemática processual civil vigente, são elementos da ação:

- (A) partes legítimas, pedido juridicamente possível e interesse de agir.
- (B) sujeitos, objeto e fato jurídico.
- (C) partes, pedido e causa de pedir.
- (D) juízes, advogados e fatos.

2. (2024)

Maria intentou ação de divórcio em face de seu marido Antonio, incapaz, sendo ele representado em juízo por José, seu genitor. Na peça exordial, a autora fundamentou sua pretensão no fato de que tinha sofrido violência doméstica por parte de Antonio e de que o marido ainda mantinha uma relação extraconjugal com outra pessoa, de forma estável e duradoura.

Nesse cenário, sobre os elementos identificadores da referida ação de divórcio, é correto afirmar que ela contém:

- (A) dois pedidos, um juízo competente e uma parte;
- (B) dois pedidos, uma causa de pedir e interesse de agir;
- (C) um pedido, um juízo competente e três partes;
- (D) um pedido, uma causa de pedir e duas partes;
- (E) um pedido, duas causas de pedir e duas partes.

3. (2023)

Maria procurou a Defensoria Pública, afirmando que seu marido João é infiel e a agride de forma habitual. Por isso, pretende dissolver seu casamento. Todavia, não quer discutir em juízo a infidelidade de seu marido, mas pretende que seja ajuizada uma ação de separação judicial.

Dentre as opções abaixo, a que revela corretamente os elementos objetivos da ação a ser proposta é:

- (A) João e Maria e infidelidade;
- (B) separação judicial e violência doméstica;
- (C) infidelidade e violência doméstica;
- (D) separação judicial e infidelidade;
- (E) João e Maria e violência doméstica.

4. (2022)

Sobre a jurisdição e da ação, assinale a alternativa incorreta.

- (A) Para postular em juízo é necessário ter interesse e legitimidade
- (B) O interesse do autor não poderá se limitar à declaração da existência, da inexistência ou do modo de ser de uma relação jurídica
- (C) Ninguém poderá pleitear direito alheio em nome próprio, salvo quando autorizado pelo ordenamento jurídico
- (D) O interesse do autor pode limitar-se à declaração da autenticidade ou da falsidade de documento
- (E) É admissível a ação meramente declaratória, ainda que tenha ocorrido a violação do direito

5. (2021)

O Ministério Público, por intermédio de seu Promotor de Justiça com atribuição, autorizado pelo ordenamento jurídico, ajuíza uma ação, em nome próprio, na defesa dos interesses de um incapaz.

Nesse caso, é correto afirmar que o Ministério Público atuará na qualidade de:

- (A) legitimado ativo ordinário;
- (B) substituto processual;
- (C) assistente litisconsorcial;
- (D) representante legal;
- (E) sucessor processual.

6. (2021)

Constitui condição da ação civil

- (A) a existência de pedido.
- (B) o recolhimento de custas processuais para quem não é beneficiário da gratuidade de justiça.
- (C) a legitimidade das partes.
- (D) o processamento da ação perante o juízo competente.
- (E) a representação dos incapazes por seus representantes legais.

7. (2021)

Em consonância com a Lei 13.105 de 2015, que define o Código de Processo Civil brasileiro, em que pese a função jurisdicional prevista pelo referido código, é incorreto afirmar que:

- (A) O interesse do autor não pode limitar-se à declaração da autenticidade ou da falsidade de documento.
- (B) No Brasil, para postular em juízo é necessário ter interesse e legitimidade.
- (C) Ninguém poderá pleitear direito alheio em nome próprio, salvo nas hipóteses em que seja autorizado pelo ordenamento jurídico.
- (D) Havendo substituição processual, o substituído poderá intervir como assistente litisconsorcial.
- (E) É admissível a ação meramente declaratória, ainda que tenha ocorrido a violação do direito.

8. (2024)

Acerca do litisconsórcio unitário, assinale a alternativa correta.

- (A) Os atos e as omissões de um não beneficiarão os outros.
- (B) Apenas um dos litisconsortes tem o direito de promover o andamento do processo, mas todos devem ser intimados dos respectivos atos.
- (C) Nos casos de litisconsórcio passivo facultativo, o juiz determinará ao autor que requeira a citação de todos que devam ser litisconsortes, dentro do prazo que assinar, sob pena de extinção do processo.
- (D) A sentença de mérito, quando proferida sem a integração do contraditório, será nula, se a decisão deveria ser uniforme em relação a todos que deveriam ter integrado o processo.

(E) O litisconsórcio será unitário por disposição de lei ou quando, pela natureza da relação jurídica controvertida, a eficácia da sentença depender da citação de todos que devam ser litisconsortes.

9. (2023)

Três consumidores adquiriram um medicamento cuja ingestão lhes provocou tonteados e desmaios, obrigando, inclusive, um deles a se internar em hospital por alguns dias. Posteriormente, eles intentaram ação indenizatória em face do fabricante do fármaco, pleiteando a sua condenação a lhes pagar verbas indenizatórias dos danos materiais e morais que alegadamente experimentaram. No tocante ao litisconsórcio ativo que se formou, é correto afirmar ser ele:

- (A) necessário e simples;
- (B) necessário e unitário;
- (C) facultativo e simples;
- (D) facultativo e unitário;
- (E) facultativo e multitudinário.

10. (2022)

Alegando padecer, na época, de incapacidade, Alexandre, representado por seu curador, intentou ação em face de José e Paulo, pleiteando a declaração de nulidade do contrato que com eles havia celebrado.

Nesse cenário, é correto afirmar que se está diante de um litisconsórcio:

- (A) passivo, facultativo e simples;
- (B) passivo, necessário e simples;
- (C) passivo, necessário e unitário;
- (D) ativo, facultativo e simples;
- (E) ativo, facultativo e unitário.

11. (2024)

Paulo reside em um condomínio e discorda das regras de acesso à piscina de uso comum impostas pela administradora do condomínio. Não tendo havido oportunidade de resolução extrajudicial, ingressa com ação junto ao juízo competente. Um outro condômino, em seu apoio, ingressa na ação. Neste caso, estamos tratando da figura do:

- (A) litisconsórcio misto.
- (B) litisconsórcio necessário.
- (C) assistente litisconsorcial.
- (D) assistente condominial.
- (E) terceiro interessado.

NOÇÕES DE DIREITO PENAL

1. (2024)

Daniel, com 19 anos, teve relações sexuais consentidas com Joana, a qual, à época dos fatos, tinha 13 anos de idade.

Durante as investigações deflagradas contra Daniel, para apurar a suposta prática do crime de estupro de vulnerável, o agente afirmou e comprovou que conheceu Joana em uma boate – exclusiva para maiores de idade –, sendo certo que a adolescente ingressou no local portando uma carteira de identidade falsa. Daniel comprovou, ainda, que desconhecia, por completo, a idade da mulher, que aparentava, para todos, ser maior, em razão de sua compleição física apresentada.

Nesse cenário, considerando as disposições do Direito Penal, é correto afirmar que Daniel **não** responderá por qualquer crime, em razão do erro de

- (A) proibição indireto.
- (B) tipo incriminador.
- (C) proibição direto.
- (D) tipo permissivo.
- (E) mandamento.

2. (2024)

Luiz reside em um condomínio composto por vinte casas idênticas. Em uma determinada ocasião, após um cansativo dia de trabalho, Luiz, no período noturno, acabou por ingressar no domicílio do seu vizinho, sem a concordância deste, acreditando, fortemente, de que se tratava da sua casa, em razão da identidade entre as construções.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que Luiz

- (A) não responderá por qualquer crime, em razão do erro de proibição indireto.
- (B) não responderá por qualquer crime, em razão do erro de proibição direto.
- (C) não responderá por qualquer crime, em razão do erro de tipo.
- (D) responderá pelo crime de violação de domicílio qualificado.
- (E) responderá pelo crime de violação de domicílio simples.

3. (2024)

João encontrava-se no interior de uma lancha com dois amigos, ocasião em que a embarcação colidiu com um jet-ski que trafegava em inequívoco excesso de velocidade. Em razão do forte abalroamento, João e Caio foram lançados ao mar, juntamente com um único colete salva-vidas. Após uma intensa luta corporal, João conseguiu permanecer com o objeto, salvando-se. Caio, por sua vez, faleceu em virtude de afogamento. Após os eventos, foi deflagrado um inquérito policial, no âmbito do qual se comprovou que o sobrevivente praticou o fato para salvar direito próprio de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que João não responderá por qualquer crime em razão do (da):

- (A) estrito cumprimento do dever legal, causa de exclusão da culpabilidade;
- (B) exercício regular de um direito, causa de exclusão da culpabilidade;
- (C) inexigibilidade de conduta diversa, causa de exclusão da ilicitude;
- (D) estado de necessidade, causa de exclusão da ilicitude;
- (E) legítima defesa, causa de exclusão da ilicitude.

4. (2024)

Em matéria de ilicitude penal, observe as assertivas a seguir:

I. Não há crime quando o agente pratica o fato em estado de necessidade; em legítima defesa; ou em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito.

II. Considera-se em estado de necessidade quem pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se.

III. Entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual, não bastando que seja iminente, a direito seu.

De acordo com o Código Penal, assinale a alternativa que contém as assertivas corretas.

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

5. (2023)

João e Guilherme estavam a bordo de uma lancha, a caminho de uma praia paradisíaca, ocasião em que o marinheiro Jonatan acabou por colidir em uma pedra. Com a lancha afundando, João e Guilherme se jogaram ao mar, momento em que visualizaram um único colete salva-vidas. Após uma breve luta corporal, João conseguiu permanecer com o bem, enquanto Guilherme, desamparado, veio a óbito.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, João atuou sob o manto do(a):

- (A) exercício regular de um direito, causa de exclusão da culpabilidade;
- (B) inexigibilidade de conduta diversa, causa de exclusão da culpabilidade;
- (C) legítima defesa, causa de exclusão da culpabilidade;
- (D) estado de necessidade, causa de justificação;
- (E) legítima defesa, causa de justificação.

6. (2024)

Após receberem informações no sentido de que um homem estaria agredindo a sua esposa, policiais militares dirigiram-se ao domicílio do casal, e viram Tício correndo com um facão na direção de Mévia, afirmando que a mataria. Ato contínuo, a mulher, policial civil, efetuou um disparo de arma de fogo em direção a Tício, matando-o.

Considerando as disposições do Código Penal, Mévia não responderá por qualquer crime, tendo agido sob o manto do (da):

- (A) exercício regular de um direito, causa de exclusão de tipicidade;
- (B) inexigibilidade de conduta diversa, causa de exclusão de ilicitude;
- (C) estrito cumprimento do dever legal, causa

de exclusão de tipicidade;

(D) estado de necessidade, causa de exclusão de ilicitude;

(E) legítima defesa, causa de exclusão de ilicitude.

7. (2024)

João caminhava pelo Parque XYZ, no Município Alfa, ocasião em que Caio, empregando uma arma de fogo, anunciou a prática do crime, exigindo a entrega do telefone celular da vítima. João, após entrar em luta corporal com Caio, desferiu-lhe um soco no rosto, causando-lhe imediato desmaio. Socorrido no hospital mais próximo, Caio recobrou prontamente a consciência, demonstrando perfeito estado de saúde.

Considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que não há crime, uma vez que João atuou sob o manto do(a):

- (A) exercício regular de um direito, excludente de culpabilidade;
- (B) exercício regular de um direito, excludente de ilicitude;
- (C) estado de necessidade, excludente de ilicitude;
- (D) legítima defesa, excludente de culpabilidade;
- (E) legítima defesa, excludente de ilicitude.

8. (2024)

Bernardo, guarda municipal na cidade Alfa, estava estacionando o seu automóvel, no interior do seu domicílio, ocasião em que Tício, mediante o emprego de uma faca, determinou que este entregasse os seus pertences. Nesse contexto, Bernardo sacou a sua pistola, com o porte regular, e efetuou um disparo de arma de fogo em detrimento de Tício, atingindo-o no ombro. Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que Bernardo não responderá por qualquer crime em razão do (da)

- (A) estado de necessidade, causa excludente da tipicidade.
- (B) legítima defesa, causa excludente da tipicidade.
- (C) estado de necessidade, causa justificante.
- (D) legítima defesa, causa justificante.
- (E) legítima defesa, causa dirimente.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. (2024)

Considere a situação hipotética narrada a seguir para responder à questão.

Tibúrcio saiu embriagado de um bar e passou a dirigir seu Corcel II 1979 com som em alto volume pela avenida principal de sua cidade. Alguns quilômetros à frente, Tibúrcio avistou Henry, um cidadão inglês desafeto seu, transitando por uma calçada e, com o intento de tirar-lhe a vida, acelerou e jogou o carro contra o homem, que veio a falecer três horas depois, no hospital, em decorrência das lesões do impacto.

De acordo com as disposições do Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta:

- (A) Em razão do falecimento de Henry, o direito de representá-lo passará ao seu cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.
- (B) Caso o Ministério Público não promova a ação penal contra Tibúrcio no prazo legal, aquele a quem couber representar Henry poderá promover ação privada no prazo de 2 (dois) anos, a contar do dia em que se esgotar o prazo para o oferecimento da denúncia.
- (C) Uma vez iniciada a ação penal contra Tibúrcio, cabe ao Ministério Público decidir se a continua ou dela desiste a qualquer momento.
- (D) É vedado o arquivamento do inquérito policial, em qualquer hipótese.
- (E) Tibúrcio poderá ser beneficiado por acordo de não persecução penal, pois este tipo de acordo pode ser realizado sempre que o Ministério Público entender conveniente, independente do crime praticado.

2. (2024)

Caio e João, policiais militares, compareceram ao imóvel de Joana, que afirmou que teria sido injuriada por Tício, Mévio e Petrônio, seus vizinhos, que ofenderam a sua dignidade. Contudo, Joana afirmou que pretendia ingressar com uma queixa-crime apenas em face de Tício, pois teria um bom relacionamento com os demais vizinhos.

Considerando as disposições do Código de Processo Penal, a queixa contra qualquer dos autores do crime obrigará ao processo de todos em razão do princípio da:

- (A) intranscendência;
- (B) indisponibilidade;
- (C) obrigatoriedade;
- (D) indivisibilidade;
- (E) oficialidade.

3. (2024)

Matheus, membro do Ministério Público do estado Alfa, foi convidado a palestrar em um evento de recepção aos novos estagiários da instituição, ocasião em que trouxe à baila temas afetos à ação penal.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que:

- (A) no caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, o direito de representação passará aos parentes em linha reta ou colateral até o quarto grau, inclusive, englobando o cônjuge, os ascendentes, os descendentes, os irmãos, os tios e os primos;
- (B) nos crimes de ação pública, esta será promovida por queixa-crime do Ministério Público, mas dependerá, quando a lei o exigir, de requisição do Ministro da Justiça, ou de representação do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo;
- (C) qualquer pessoa do povo poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, nos casos em que caiba a ação pública, fornecendo-lhe, por escrito, informações sobre o fato e a autoria e indicando o tempo, o lugar e os elementos de convicção;
- (D) seja qual for o crime, quando praticado em detrimento do patrimônio ou interesse da União, estado e município, a ação penal será pública condicionada à representação do ente federativo;
- (E) a representação será irretroatável, depois de formalizada por escrito.

4. (2024)

Assinale a alternativa CORRETA acerca da ação Penal.

- (A) O termo inicial da ação penal é o oferecimento da denúncia ou queixa.
- (B) De acordo com o Código de Processo Penal, no caso de morte do ofendido, será extinta a punibilidade do investigado caso o crime seja de ação penal pública condicionada à representação e a denúncia ainda não tenha sido oferecida.
- (C) De acordo com o Código de Processo Penal, a representação será irretroatável depois de recebida a denúncia.
- (D) De acordo com o Código de Processo Penal, o direito de representação poderá ser exercido, pessoalmente ou por procurador com poderes especiais, mediante declaração, escrita ou oral. feita ao juiz, ao órgão do Ministério Público, ou à autoridade policial
- (E) De acordo com o Código de Processo Penal. ao Ministério Público cabe intervir em todos os termos da ação penal privada, sendo-lhe. no entanto, vedado o aditamento da queixa.

5. (2024)

Em determinado crime de ação pública, esta não foi intentada no prazo legal pelo Ministério Público, o que acabou gerando enorme repercussão social pela sensação de impunidade. Nesse caso, é correto afirmar que

- (A) é possível o uso de ação penal privada para suprir a inércia do Ministério Público.
- (B) se o Ministério Público não intentou a ação pública, significa que não houve nenhum crime.
- (C) o cidadão pode propor ação popular para a apuração do crime e da conduta do Ministério Público.
- (D) o cidadão pode propor ação civil pública para a apuração do crime e da conduta do Ministério Público.
- (E) cabe habeas corpus contra a omissão do Ministério Público, que deveria ter obrigatoriamente intentado a ação penal.

6. (2024)

Para a propositura de determinada ação penal, a lei exige a representação do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo. Diante de tal, em caso de morte do ofendido, o direito de representação passará ao(à)

- (A) cônjuge ou descendente consanguíneos.
- (B) cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.
- (C) qualquer parente até quinto grau, consanguíneo ou por afinidade.
- (D) qualquer parente até terceiro grau, consanguíneo ou por afinidade.

7. (2024)

Seja qual for o crime, o Código de Processo Penal prevê que, se ele for praticado em detrimento do patrimônio do Município, a ação penal será

- (A) patrimonial.
- (B) popular.
- (C) pública.
- (D) municipal.

8. (2024)

Acerca das disposições do Código de Processo Penal no que se refere à ação penal, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A ação penal, nas contravenções, será iniciada com o auto de prisão em flagrante ou por meio de portaria expedida pela autoridade judiciária ou policial.
- (B) Não sendo caso de arquivamento e tendo o investigado confessado, formal e circunstancialmente, a prática de infração penal sem violência ou grave ameaça e com pena mínima inferior a 4 (quatro) anos, o Ministério Público poderá propor acordo de não persecução penal, inclusive nos crimes praticados no âmbito de violência doméstica ou familiar, ou praticados contra a mulher por razões da condição de sexo feminino, em favor do agressor.
- (C) As fundações, associações ou sociedades legalmente constituídas não poderão exercer a ação penal, devendo ser exercidas à título de pessoa física, por quem os respectivos estatutos designarem.
- (D) O Ministério Público poderá desistir da ação penal, no entanto, a queixa, ainda quando a ação penal for privativa do ofendido, não poderá ser aditada pelo Ministério Público, a quem

LEGISLAÇÃO

1. 2025

De acordo com o Regimento Interno do TJPE, a composição do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco poderá ser alterada:

- (A) por resolução do Presidente do Tribunal, após consulta ao Órgão Especial.
- (B) exclusivamente por lei complementar aprovada pela Assembleia Legislativa.
- (C) mediante deliberação da maioria simples dos desembargadores.
- (D) apenas por deliberação de dois terços dos seus integrantes.
- (E) por ato conjunto da Presidência e da Corregedoria-Geral da Justiça.

2. 2025

Sobre a eleição para os cargos diretivos do TJPE, é correto afirmar que:

- (A) o Corregedor-Geral da Justiça é eleito antes do Presidente.
- (B) a eleição ocorre obrigatoriamente no mês de fevereiro, com posse imediata.
- (C) é vedada a reeleição para qualquer cargo de direção.
- (D) podem concorrer todos os desembargadores, independentemente da antiguidade.
- (E) a posse ocorre na mesma sessão em que se realiza a eleição.

3. 2025

No tocante ao preenchimento das vagas destinadas ao quinto constitucional no TJPE, assinale a alternativa correta:

- (A) A lista sêxtupla deve ser formada exclusivamente pelo Conselho Nacional de Justiça.
- (B) O prazo para indicação da lista sêxtupla é de 60 dias após a vacância.
- (C) A lista tríplice é formada mediante escrutínio secreto pelo Tribunal Pleno.
- (D) O Presidente do TJPE nomeia diretamente o novo desembargador entre os indicados.
- (E) O Chefe do Poder Executivo não participa do processo de nomeação.

4. 2025

Assinale a alternativa correta sobre a composição do Órgão Especial do TJPE, conforme previsto no Regimento Interno:

- (A) Todos os seus integrantes são eleitos pelo Tribunal Pleno.
- (B) É formado por vinte desembargadores, sendo metade escolhida por eleição e metade por antiguidade.
- (C) Apenas os membros da Mesa Diretora podem integrar o Órgão Especial.
- (D) O Órgão Especial não possui competência jurisdicional.
- (E) São escolhidos dez membros por antiguidade, cinco por eleição e cinco por indicação do CNJ.

5. 2025

De acordo com o Regimento Interno do TJPE, o Tribunal Pleno compete:

- (A) apenas julgar processos administrativos internos.
- (B) decidir exclusivamente sobre matérias de competência originária do Tribunal.
- (C) eleger membros das Comissões Permanentes e respectivos suplentes.
- (D) julgar ações diretas de inconstitucionalidade de leis municipais e federais.
- (E) indicar o juiz mais novo da entrância inicial para fins de promoção.

6. 2025

De acordo com o Regimento Interno do TJPE, após o relatório do relator em sessão de julgamento, o Presidente facultará a palavra às partes e ao Ministério Público, para sustentação oral, pelo prazo improrrogável de 15 minutos, nas seguintes hipóteses, exceto:

- (A) recurso de apelação.
- (B) agravo de instrumento contra decisão interlocutória.
- (C) embargos de declaração.
- (D) mandado de segurança.
- (E) agravo interno por ofensa ao princípio da

colegialidade.

7. 2025

Segundo o Regimento Interno do TJPE, é permitida a renovação da sustentação oral:

- (A) apenas no julgamento de embargos de declaração.
- (B) quando o feito retorna à mesa após cumprimento de diligência ou novo desembargador oficial no julgamento adiado.
- (C) em todos os processos com voto vencido.
- (D) sempre que houver oposição das partes.
- (E) somente nos julgamentos do Órgão Especial.

8. 2025

Conforme o Regimento Interno do TJPE, se um desembargador pedir vista dos autos, ele terá prazo de:

- (A) 15 dias corridos, prorrogáveis por igual período.
- (B) 5 dias úteis, improrrogáveis.
- (C) 10 dias úteis, prorrogáveis por até mais 10 dias úteis.
- (D) 20 dias úteis, prorrogáveis uma vez.
- (E) 30 dias corridos, sem possibilidade de prorrogação.

9. 2025

No julgamento por meio de Plenário Virtual, de acordo com o Regimento Interno do TJPE, considera-se que o desembargador acompanhou o relator quando:

- (A) declarar voto favorável, mesmo com ressalva.
- (B) declarar voto divergente, mas sem fundamentação.
- (C) não se manifestar no prazo de 10 dias corridos.
- (D) declarar-se impedido após o início da sessão.
- (E) houver empate entre os demais julgadores.

10. 2025

Assinale a alternativa correta sobre o acórdão, conforme dispõe o Regimento Interno do TJPE:

- (A) O relator lavrará o acórdão, ainda que vencido no mérito.
- (B) O relator vencido lavrará o acórdão somente se vencido na preliminar ou em parte não

principal do mérito.

- (C) O voto vencido não será parte integrante do acórdão.
- (D) Se o acórdão não for lavrado na sessão, o prazo é de 30 dias para apresentação.
- (E) O relator vencido sempre será substituído pelo Presidente do órgão.

11. 2025

No que se refere ao habeas corpus, conforme o Regimento Interno do TJPE, é correto afirmar:

- (A) O habeas corpus só poderá ser impetrado por advogado regularmente inscrito na OAB.
- (B) A ausência de qualquer requisito da petição de habeas corpus resulta em indeferimento imediato.
- (C) É possível a concessão de liminar para restituição da liberdade de locomoção antes do julgamento.
- (D) A petição inicial deve ser assinada exclusivamente pelo paciente.
- (E) O pedido de habeas corpus não admite sustentação oral em hipótese alguma.

12. 2025

Segundo o Regimento Interno do TJPE, a extinção da punibilidade na ação penal originária:

- (A) Somente poderá ser reconhecida por decisão colegiada após o contraditório.
- (B) Dependerá de requerimento do Ministério Público para ser decretada.
- (C) Poderá ser decretada pelo relator a qualquer tempo, após ouvida a acusação.
- (D) Será objeto de declaração pelo revisor, antes do julgamento.
- (E) Impede a aplicação do instituto da exceção da verdade.

13. 2025

Com base no Regimento Interno do TJPE, a petição inicial da ação rescisória será distribuída somente:

- (A) após o oferecimento de contestação.
- (B) se apresentada por advogado com procuração pública.
- (C) com o recolhimento do depósito legal e custas, exceto para quem gozar da gratuidade.
- (D) se acompanhada de prova pré-constituída da nulidade da decisão rescindenda.
- (E) após manifestação prévia do Ministério Pú-